

# Nixon, ontem: duas vitórias e uma derrota.

Duas vitórias na Comissão de Justiça não impediram que ele sofresse nova derrota e que ficasse pronto o projeto recomendando o seu afastamento.

Depois de ter sofrido uma terceira derrota em quatro dias na Comissão de Justiça da Câmara dos Representantes, que já recomendara sábado o início de seu **impeachment** ao plenário, o presidente Richard Nixon conseguiu, no fim da noite de ontem e no início da madrugada de hoje, duas vitórias não muito significativas: a Comissão rejeitou, por 26 votos a 12, um artigo que incluía entre as acusações necessárias a seu julgamento político ou bombardeios secretos e não autorizados sobre o Cambodge, em 1971, e, pela mesma votação, outro artigo recomendando a sua destituição também por sonegação de imposto de renda e utilização de dinheiro do governo em suas residências particulares.

A derrota ocorreu na votação do terceiro artigo do projeto de lei sobre o **impeachment**: por 21 votos contra 17, os deputados aprovaram incluir a acusação de desacato ao Congresso entre as razões para afastar o presidente de seu cargo. O artigo — cuja a iniciativa foi pela primeira vez de um deputado republicano, e além do mais vice-líder do partido na Comissão, Robert McClory, de Illinois — considerou desacato a atitude de Nixon de recusar aos deputados fitas magnéticas e outros documentos relacionados com 147 conversações presidenciais sobre o caso Watergate. A Comissão tentou obter esse material em oito intimações separadas, votadas por esmagadora maioria em abril, maio e junho, e a Casa Branca ignorou-as.

Com a rejeição, mais tarde, dos projetos que pretendiam incluir a questão dos bombardeios ao Combodge e a das irregularidades fiscais na resolução sobre o **impeachment**, a Comissão encerrou seus trabalhos, que consumiram quase 12 semanas de tomadas de depoimentos, exame de provas, discursos e debates. Agora, o julgamento político de Nixon deverá começar a ser examinado no plenário da Câmara, de 435 membros.

## MENOR SIGNIFICAÇÃO

Mesmo antes da votação dos dois últimos projetos de artigo, os observadores consideravam que sua rejeição não seria especialmente significativa. A decisão anterior de acusar Nixon por desacato ao Congresso foi considerada um duro golpe contra o presidente, já que a iniciativa partiu do vice-líder republicano na Comissão. A votação por estreita margem, porém, foi um indício — segundo os observadores — de que alguns membros da Comissão consideravam que as acusações já aprovadas anteriormente eram suficientes. (Sábado, os deputados, por 27 votos a 11 — seis dos favoráveis sendo republicanos — recomendaram o afastamento do presidente, por obstrução à Justiça no encobrimento do caso Watergate. Anteontem, por 28 votos a 10, acusaram-no de abuso de poder e de violação de direitos constitucionais de cidadãos).

Os deputados, realmente, consideraram

suficientes as duas primeiras acusações, somadas à terceira (de desacato). Aparentemente, eles votaram na apreciação dos dois últimos projetos de artigo muito mais contra a multiplicação de acusações do que contra o texto, em si.

Na questão do desacato ao Congresso, apenas dois republicanos uniram-se a 19 democratas para votar contra Nixon: além de McClory, o vice-líder autor da proposição o deputado Lawrence J. Hogan, de Maryland. Votaram com o presidente cinco correligionários que, nos dois itens anteriores favoreceram o **impeachment**: Thomas Ralsback, de Illinois, Hamilton Fish, de Nova York, M. Caldwell, Butler, da Virgínia, William Cohen do Maine, e Harold V. Froehlich, de Wisconsin. E dois democratas, Walter Flowers, do Alabama, e James Mann da Carolina do Sul.

De qualquer forma a Comissão decidiu que o presidente, ao recusar-se à entrega das 147 fitas e documentos, avocou a si "funções e faculdades necessárias para exercer o poder de julgamento que a Constituição concede unicamente à Câmara dos Representantes". McClory lembrou que Nixon se comprometeu, em seu discurso sobre o "estado da União", a "prestar total cooperação" era à Comissão de Justiça. "O que aconteceu a essa total cooperação?", perguntou.

## A QUESTÃO DO COMBODGE

Na votação da acusação sobre os bombardeios ao Combodge, os 17 republicanos votaram pela primeira vez em bloco, rejeitando o artigo. O mesmo fez o presidente democrata da Comissão, Peter Rodino. O deputado Hamilton Fish declarou: "O fato é que nós, no Congresso, partilhamos a responsabilidade" por impedir que o povo norte-americano tomasse conhecimento dos bombardeios ilegais. O deputado, Cardewell Butler, afirmou que os líderes do Congresso foram informados sobre o bombardeio, mas não passaram a informação.

## AGORA, O PLENÁRIO

Dessa forma, a Comissão concluiu oficialmente sua tarefa de instrução no processo contra o presidente Nixon, elaborando um projeto de resolução em que recomenda, "em nome de todo o povo", que ele seja afastado do cargo. O projeto vai ao plenário da Câmara, e, se for aprovado por maioria simples, passará ao Senado, que atuará no caso como juiz, só podendo remover Nixon por dois terços dos votos de seus 100 membros. As três acusações formais contra Nixon, a serem apreciadas pelos 435 deputados, são, resumidamente, : 1) obstrução da Justiça no caso Watergate, ao permitir o acobertamento do escândalo; 2) abuso de poder, pelo uso indevido de agentes e agências federais, com a violação de direitos civis pela escuta ilegal de telefones, investigações indevidas de impostos e outras atividades semelhantes; 3) desacato ao Congresso, pela negativa em fornecer fitas e outras matérias de prova requeridas pela Comissão de Justiça